



DIÁRIO OFICIAL

Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão



Índice

Prefeitura Municipal de Mirador	3
Prefeitura Municipal de Presidente Médici	4
Prefeitura Municipal de São José dos Basílios	9
Prefeitura Municipal de Sucupira do Norte	9

EXPEDIENTE

CARGO	PREFEITO	MUNICÍPIO
Presidente	Gilliano Fred Nascimento Cutrim	São José De Ribamar
1º Vice-Presidente	Hernando Dias de Macedo	Dom Pedro
2º Vice- Presidente	Filadelfo Mendes Neto	Pinheiro
Secretário Geral	Sergio Ricardo de Albuquerque Bogea	Primeira Cruz
1º Secretário	Augusto Inacio Pinheiro Junior	Poção de Pedras
2º Secretário	José Antonio Gordinho Rodrigues da Silva	Passagem Franca
Tesoureiro Geral	Djalma de Melo Machado	Arari
1º Tesoureiro	Maria Ducilene Pontes Cordeiro	Chapadinha
2º Tesoureiro	Karla Batista Cabral	Vila Nova dos Martírios
Diretor de Educação	Luiz Rocha Filho	Balsas
Diretor de Saúde	Omar de Caldas Furtado Filho	Brejo
Diretor de Assistência Social	José Leandro Maciel	Vitorino Freire
Diretor de Meio Ambiente	José de Ribamar Costa Alves	Santa Inês
Diretor de Cultura	Luciano Ferreira de Sousa	Timon
Diretor de Orçamento e Finanças	Joel Dourado Franco	Cajari
Diretor de Segurança	Junior de Sousa Otsuka	Grajaú
Diretor Jurídico	Crisogono Rodrigues Vieira	Riachão
Diretor de Infraestrutura e Urbanismo	Charles Frederick Maia Fernandes	Trizidela do Vale
Diretor de Representação em Brasília-DF	Sebastião Torres Madeira	Imperatriz
Membros Efetivos do Conselho Fiscal	Rafael Mesquita Brasil	Buriti
	Cristiane Campos Damião Daher	Bom Jesus das Selvas
	Leonardo Barroso Coutinho	Caxias
Suplentes do Conselho Fiscal	Cicero Neco Moraes	Estreito
	Osmar Fonseca Dos Santos	Lago do Junco
	Dulce Maciel Pinto da Cunha	Satubinha

Prefeitura Municipal de Mirador

Autor da Publicação: Isabel Aquino Rego Barros

DECRETO Nº 142/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 142/2016. Mirador, 20 de dezembro de 2016. Torna sem efeito ato de nomeação de Servidores Públicos municipais, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRADOR, ESTADO DO MARANHÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, NA FORMA DA LEI, E CONSIDERANDO a decisão liminar exarada no processo número 1031-40-2016.8.10.0099, proferida pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca, **D E C R E T A: Art. 1º - Fica suspensa as nomeações dos servidores abaixo relacionados, admitidos por força dos decretos números 136, 137, 138, 139 e 140/2016, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, nº 1468, de 14/11/2016:**

1. IVANILSON MARQUES FURTADO.
2. MARIA GORETTI DA SILVA CAMPOS DE ARAÚJO.
3. JOYSE LEIDE ARAUJO DE LUCENA REGO.
4. IVONEIDE FLORENTINO DA SILVA
5. ADELCEMARA PEREIRA DA SILVA DIAS
6. DIOGO FEITOSA RIBEIRO
7. CLEIDE CRISTIANE SOUZA SANTOS
8. MANUELA ELISIO DA SILVA
9. ARLETE GOMES LIMA
10. ALBA GRAZIELE SOUZA SILVA
11. MAZONEIDE PEREIRA DE SOUZA LIMA
12. MANOEL CRUZ DA SILVA
13. JOSIELE ARAÚJO GOMES
14. LUIZ GONZAGA DE ARAÚJO NETO
15. DIVINA LORENA DA SILVA SOUZA
16. JEFERSON ADRIANO LIMA FERREIRA
17. VALBER SOUSA MILHOMEM BRITO
18. GABRIELLA FERREIRA CASTELO
19. RAFAEL SOARES RIBEIRO
20. FRANCISCA ALVES DOS REIS
21. DELCIRENE SÁ SANTOS
22. FÁBIO VINICIUS FERREIRA SILVA
23. REGINALDA PEREIRA DOS REIS
24. RITA ACASSIA GONÇALVES
25. ARLETH DA SILVA BARROS COELHO
26. ROGERIO BARROS DE ARAÚJO
27. THAYLANA COSTA BARROS
28. NATÁLIA KIMILY BRITO LIMA
29. ANTONIA ALICE SILVA SOUSA
30. ANGRA MARIA DE ALMEIDA NOGUEIRA VELOSO
31. ERINALVA CARDOSO LOPES LIMA
32. SAMARA CARVALHO BRITO
33. ROSIMAURA DANTAS FEITOSA DA SILVA
34. LOIDYANNA SÁ SOUZA
35. AENZO DE SOUZA SANTANA
36. KÉSYA MIRANDA ARAÚJO
37. SAMARA FEITOSA DE HOLANDA BONFIM
38. ELVYRA POLLYANNA PEDROSA MOUZINHO
39. LUCIANA PEREIRA LIMA
40. ISABEL AQUINO REGO BARROS
41. RAIMUNDO NONATO DA SILVA BRANDÃO
42. SEVERINA MACIEL PEREIRA COSTA
43. ELIZANGELA FONTES TEIXEIRA SILVA
44. PÁVILA KISSA OLIVEIRA ARAÚJO. ART. 2º- ESTE DECRETO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO. DÊ-SE CIÊNCIA. CUMpra-se e Publique-se. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MIRADOR, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016. JOACY DE ANDRADE BARROS. PREFEITO MUNICIPAL.

Prefeitura Municipal de Presidente Médici

LEI Nº 173/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 173/2016, de 20 de dezembro de 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

A PREFEITA DE PRESIDENTE MÉDICI, faço saber que a Câmara Municipal de Presidente Médici aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Presidente Médici para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

- I** - O Orçamento Fiscal referente aos poderes do Município, Órgãos, Fundos e Entidades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II** - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os Órgãos a ele vinculados, Fundos e Entidades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

§ 1º - O Orçamento do Município de Presidente Médici constitui-se em uma peça orçamentária única, abrangendo todas as receitas e despesas para o exercício de 2017, sendo as receitas e despesas dos órgãos da administração indireta apresentadas de forma individualizada.

§ 2º - Constituem anexos e fazem parte desta lei:

1. Desdobramento da receita por fonte;
2. Desdobramento da despesa por órgão;
3. Tabela de Fontes de Recursos;
4. Demonstrativo das receitas por fontes e despesas por função;
5. Demonstrativo das receitas por fontes e despesas por usos;
6. Demonstrativo da receita e despesa segundo a categoria econômica;
7. Receita segundo as categorias econômicas;
8. Demonstrativo da legislação das receitas;
9. Programas de trabalho;
10. Natureza da despesa segundo as categorias econômicas;
11. Funções, subfunções e programas por projetos e atividades;
12. Funções, subfunções e programas por vínculo de recurso;
13. Demonstrativo da despesa por órgãos e funções;
14. Relação de projetos e atividades;

CAPÍTULO II

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º - O orçamento fiscal e da seguridade social do Município de Presidente Médici, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, de 4 de maio de 2000, art. 1º, § 1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma das despesas autorizadas acrescida da reserva de contingência.

Art. 3º - A Receita Orçamentária, que decorrerá da arrecadação de tributos próprios ou transferidos e demais receitas correntes e de capital conforme a legislação tributária vigente é estimada em **R\$ 27.159.353,70 (vinte e sete milhões cento e cinquenta e nove mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta centavos)**, discriminadas por categoria econômica conforme desdobramento constante do **anexo I**, parte

integrante desta lei.

CAPÍTULO III

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita total, fixada em **R\$ 27.159.353,70 (vinte e sete milhões cento e cinquenta e nove mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta centavos)**, é desdobrada nos seguintes conjuntos:

1. Orçamento fiscal, em **R\$ (19.719.145,90)**; e
2. Orçamento da Seguridade Social, em **R\$ (7.440.207,80)**.

CAPÍTULO IV

DO DESDOBRAMENTO DA NATUREZA DA DESPESA E DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃOS

Art. 5º - A discriminação da despesa constante dos anexos desta lei, quanto à sua natureza, far-se-á por categoria econômica até o grupo de natureza de despesa, de acordo com o art. 6º, da Portaria Interministerial n.º 163, de 4 de maio de 2001 e suas alterações.

Art. 6º. A despesa total, fixada à conta dos recursos previstos, segundo a discriminação dos quadros programa de trabalho e natureza da despesa, apresenta por órgãos, o desdobramento constante do **Anexo II** que é parte integrante desta lei.

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 7º - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de **80% (oitenta por cento)** do total da receita prevista, mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, com a finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias, nos termos previstos no inciso III do § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964;

Art. 8º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - remanejar as dotações de despesas com pessoal, grupo de despesa 1, previstas no caput do artigo 18 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, no mesmo órgão ou de um para outro, nos termos previstos no inciso III do § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964;

II - remanejar as dotações de despesas nas respectivas categorias econômicas, e nas mesmas fontes de recursos, quando envolver recursos do mesmo órgão, nos termos previstos no inciso III do § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964;

III - suplementar as respectivas dotações, com recursos do excesso ou provável excesso de arrecadação verificado na receita, conforme os termos previstos no inciso II do § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite do respectivo excesso.

IV - suplementar as respectivas dotações, com recursos do excesso de arrecadação das Fontes de Recursos não previstas no Orçamento da Receita ou previstas a menor, conforme inciso II do § 1.º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite do respectivo excesso.

V - suplementar as respectivas dotações, com recursos do superávit financeiro, conforme os termos previstos no inciso I do § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite do respectivo superávit.

VI - utilizar a Reserva de Contingência também como recurso de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais; até o limite do valor previsto no orçamento para a Reserva de Contingência.

VII - criar, alterar ou extinguir os códigos da Destinação de Recursos, compostos de: Identificador de Uso, Grupo de Fontes de Recursos, Grupo e Especificação das Fontes, respeitando a padronização das fontes definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

VIII - suplementar dotações financiadas à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito Internas e Externas, em conformidade com o previsto no inciso IV, do § 1º, art. 43, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite dos respectivos contratos;

Parágrafo único. Os remanejamentos e suplementações de que tratam os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII não serão computados para efeito do limite fixado no artigo 7.º desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - O chefe do Poder Executivo fixará, através de Decreto, o Quadro de Detalhamento da Despesa, por elemento de despesa das atividades, projetos e operações especiais, com a finalidade de identificar os objetos de gastos.

Art. 10 - Durante a execução orçamentária, o Chefe do Poder Executivo Municipal poderá promover alteração no Quadro de Detalhamento da Despesa de que trata o artigo anterior, observada a programação de despesa fixada na Lei Orçamentária Anual ou através de créditos adicionais.

Art. 11 - Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o chefe do Executivo Municipal estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso das diversas unidades orçamentárias, conforme art. 8º da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 12 - Novos programas, ações e projetos das classificações orçamentárias, de que trata a presente Lei Orçamentária Anual, ficam incorporados automaticamente ao Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI, em 20 de dezembro de 2016.

Graciélia Holanda de Oliveira

Prefeita

ANEXO I

TABELA DE FONTES DE RECURSOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO	DESTINAÇÃO	
01.00.00	Recursos livres	Ordinário	
01.10.00	Recursos da Assistência Social	Ordinário	
01.15.00	Recursos da Saúde	Ordinário	
01.25.00	Recursos da Educação	Ordinário	
01.55.00	Recursos de Convênio	Vinculado	
01.85.00	Operações de Crédito	Vinculado	
01.87.00	Alienação de Bens	Vinculado	

ANEXO II

• CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

FONTES	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	186.200,00
Receita de Contribuições	365.938,00
Receita Patrimonial	149.900,00
Receita de Serviços	4.200,00
Transferências Correntes	20.865.031,00
Outras Receitas Correntes	2.883.944,70
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.854.860,00
Deduções - Funded	-1.854.860,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.559.000,00
Transferência de Capital	4.559.000,00
TOTAL GERAL	27.159.353,70

• CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

FUNÇÕES	VALOR R\$
LEGISLATIVA	738.334,00
ADMINISTRAÇÃO	3.867.472,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.495.420,00
SAÚDE	5.944.787,80
EDUCAÇÃO	8.695.437,00
CULTURA	575.050,00
URBANISMO	980.223,00
HABITAÇÃO	518.227,00
SANEAMENTO	679.801,90
GESTÃO AMBIENTAL	271.947,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	80.000,00
AGRICULTURA	980.387,00
COMERCIO E SERVIÇOS	270.116,00
COMUNICAÇÕES	73.825,00
ENERGIA	365.938,00
TRANSPORTE	845.337,00
DESPORTO E LAZER	477.051,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	300.000,00
TOTAL GERAL	27.159.353,70

ANEXO III

• CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes	Despesas Correntes
Receita Tributária 186.200,00	Pessoal e Encargos Sociais 10.483.651,80
Receitas de Contribuições 365.938,00	Juros e Encargos da Dívida 540,00
Receita Patrimonial 149.900,00	Outras Despesas Correntes 9.790.215,90
Receita de Serviços 4.200,00	Superavit do Orçamento Corrente 2.325.946,00

Transferências Correntes	20.865.031,00		
Outras Receitas Correntes	2.883.944,70	Total	22.600.353,70
Deduções da Receita			
Dedução Fundeb	-1.854.860,00	Despesas de Capital	
Total	22.600.353,70	Investimentos	6.407.946,00
		Amortização da Dívida	177.000,00
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO	2.325.946,00	SUPERÁVIT	300.000,00
Receitas de Capital		Total	6.884.946,00
Transferências de Capital	4.559.000,00		
Total	27.159.353,70	Total	27.159.353,70
R E S U M O			
Receitas Corrente.....	22.600.353,70	Despesas Correntes.....	20.274.407,70
Receitas de Capital.....	4.559.000,00	Despesas de Capital.....	6.584.946,00
		Reserva de Contingência.	300.000,00
Total.....	27.159.353,70	Total.....	27.159.353,70

• O ORÇAMENTO FISCAL SERÁ REALIZADO SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

FUNÇÕES	VALOR R\$
LEGISLATIVO	748.334,00
ADMINISTRAÇÃO	3.867.472,00
EDUCAÇÃO	8.695.437,00
CULTURA	575.050,00
URBANISMO	980.223,00
HABITAÇÃO	518.227,00
SANEAMENTO	679.801,90
GESTÃO AMBIENTAL	271.947,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	80.000,00
AGRICULTURA	980.387,00
COMERCIO E SERVIÇOS	270.116,00
COMUNICAÇÕES	73.825,00
ENERGIA	365.938,00
TRANSPORTES	845.337,00
DESPORTO E LAZER	477.051,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	300.000,00
TOTAL GERAL	19.719.145,90

• O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL SERÁ REALIZADO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

FUNÇÕES	VALOR R\$
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.137.462,00
SAÚDE	6.624.589,70
TOTAL GERAL	7.440.207,80

Autor da Publicação: Eliene de Sousa Magalhães

Prefeitura Municipal de São José dos Basílios

LEI MUNICIPAL Nº 143/2016 FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES, BEM COMO, A REMUNERAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O MANDATO DE 1º DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 143/2016

Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores, bem como, a remuneração dos Secretários Municipais para o mandato de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Os **Vereadores** receberão na legislatura de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, em parcela única, o subsídio mensal de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)***.

Paragrafo único – Sob o subsídio do Vereador deverá incidir a contribuição previdenciária.

Art. 2º – O **Prefeito** receberá, no mandato de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, em parcela única, o subsídio mensal de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

Paragrafo único – Sob o subsídio do Prefeito deverá incidir a contribuição previdenciária e fiscal.

Art. 3º – O **Vice-prefeito** receberá, no mandato de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, em parcela única, o subsídio mensal de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

Paragrafo único – Sob o subsídio do Vice-prefeito deverá incidir a contribuição previdenciária e fiscal.

Art. 4º – Os **Secretários Municipais** receberão, no mandato de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, em parcela única, remuneração mensal de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**.

Paragrafo único – Sob a remuneração de Secretario Municipal deverá incidir a contribuição previdenciária e fiscal.

Art. 5º – As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrario.

São José dos Basílios-MA, 28 de Novembro de 2016. FRANCISCO WALTER FERREIRA DE SOUSA Prefeito Municipal

* Lei Republicada em virtude de erro de digitação no valor da remuneração do cargo de Vereador. Onde lia-se R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), passa-se a ler R\$ 3.000,00 (três mil reais). Os demais itens permanecem inalterados.

Autor da Publicação: SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

Prefeitura Municipal de Sucupira do Norte

LEI MUNICIPAL Nº 129/2016

Lei nº 129 de 2016 de 23 de Dezembro de 2016. **“Dispõe sobre a fixação dos Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores do Município de Sucupira do Norte – MA, para a Legislatura 2017 a 2020 e dá outras providências”. O PREFEITO MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE**, estado do Maranhão, Faço saber que a Câmara Municipal de Sucupira do Norte Aprovou e eu sancionei a seguinte Lei: **Art. 1º** - Pica fixado o subsídio do Prefeito Municipal de Sucupira do Norte - MA, para o Mandato compreendido entre os anos de 2017 a 2020, o qual iniciará em 01 de janeiro de 2017, no importe equivalente a R\$ 13.000,00 (treze mil reais) mensais. **Parágrafo Único** - O subsídio do Vice - prefeito corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor equivalente ao do Prefeito Municipal, mencionado no *caput* deste artigo. **Art. 2º** - Ficam fixados os subsídios dos Secretários Municipais, para o mandato

compreendido entre os anos de 2017 a 2020, o qual iniciará em 01 de janeiro de 2017, no importe equivalente a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais. **Parágrafo Único** - O Servidor no ato de sua investidura no cargo de Secretário Municipal, deverá optar pelo recebimento de seus proventos observando o disposto na Legislação vigente, quando este ocupar outros cargos na administração Pública Direta ou Indireta. **Art. 3º** - Ficam fixados os subsídios dos Vereadores, para a Legislatura compreendida entre os anos de 2017 a 2020, a qual iniciará em 01 de janeiro de 2017, no importe equivalente a R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) mensais, desde que obedecidos os Limites Constitucionais preceituados na Constituição Federal. **Art. 4º** - Ficam fixados os subsídios dos Vereadores, para a Legislatura compreendida entre os anos de 2017 a 2020, a qual iniciara em 01 de janeiro de 2017, no importe equivalente a R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais como valor mínimo do subsídio e no importe equivalente a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) como valor máximo do subsídio, desde que obedecidos o.s Limites Constitucionais preceituados na Constituição Federal. **Parágrafo Único** - Fica autorizada por esta Lei, a Câmara de

Vereadores deste município, em editar Resolução e/ou qualquer ato legislativo competente, para majorar o.s subsídios dos Vereadores fixados no *caput* deste artigo, desde que haja aporte financeiro suficiente para tanto, o qual deverá ser aferido com a atualização do repasse financeiro mensal por parte do Poder Executivo a este Poder, durante toda a Legislatura vindoura. **Art. 5º** - Fica vedado ao Prefeito Municipal, Vice - prefeito e Vereadores deste Município, receberem acréscimos de quaisquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outras espécies remuneratórias. **Art. 6º** - O Chefe de gabinete do Prefeito Municipal, o Procurador- Geral e 'o Controlador Geral para efeitos desta Lei, serão considerados Agentes Políticos com as mesmas prerrogativas garantidas aos Secretários Municipais. **Art. 7º** - Os subsídios de que trata esta Lei, poderão serem revistos, por meio de lei Específica, na mesma data da revisão geral dos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, sem distinção de índices, observados os limites previstos na Constituição Federal, Lei Complementar e na Lei Orgânica do Município. **Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, revogados as disposições legais em contrárias. **Dê Ciência. Publique-Se. Cumpra-Se.** Sucupira do Norte, estado do Maranhão, 23 de dezembro de 2016. 194º da Independência e 128º da República. Marcony da Silva dos Santos Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: Ailton Rodrigues Lopes

LEI MUNICIPAL Nº 130/2016

LEI nº 130 de 23 de dezembro de 2016. *“Dispõe sobre denominação de Ruas localizados na sede deste município, e dá outras providências.”* O PREFEITO MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE, estado do Maranhão, Faço saber que a Câmara Municipal de Sucupira do Norte Aprovou e eu sancionei a seguinte Lei: **Art. 1º** - Fica denominado de Rua Acurcio da Câmara Guimarães, a rua localizada entre as Ruas Primeiro de Janeiro e Tancredo Neves (próximo antiga serralheria do Sr Cloves) no município de Sucupira do Norte Estado do Maranhão. **Art. 2º** - Fica denominada de Rua José Lopes Teixeira a rua localizada entre as ruas Filinto de Paula e 15 de Novembro no município de Sucupira do Norte estado do Maranhão. **Art. 3º** - Fica denominada de Rua Maria do Socorro Aquino, a rua localizada em frente ao Novo Hospital no município de Sucupira do Norte estado do Maranhão. **Art. 4º** - Compete ao poder publico Municipal providenciar a colocação das placas de identificação da referida rua. **Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sucupira do Norte, estado do Maranhão, 23 de Dezembro de 2016. 194º da Independência e 128º da República. Marcony da Silva dos Santos Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: Ailton Rodrigues Lopes

NORMAS E ORIENTAÇÕES DE PUBLICAÇÃO

A Constituição Federal permite que cada município, como ente federado, possa se auto-organizar administrativamente (Art. 18 da CF/88) por meio de suas leis (arts. 29, 20, I, da CD/88)

A Lei Federal nº 8.666/93, no seu art. 6º, inciso XIII, conceitua imprensa oficial e declara que: “para a União é o Diário Oficial da União e para os Estados, Distrito Federal e Municípios, é o que for definido em suas leis.”

O Diário Oficial é criado através de Lei Municipal. A prefeitura envia e aprova o Projeto de Lei, conforme modelo fornecido pela FAMEM, para a Câmara Municipal.

O art. 48 da Lei Complementar nº. 101/00 considera o meio eletrônico como um instrumento de transparência da gestão fiscal.

A Lei nº 10.520/2002, no seu art. 4º, determina que a publicação do aviso de licitação, independentemente do seu valor, deve ser publicado no Diário Oficial do respectivo município.

DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do diário oficial dos municípios será exclusivamente através do site: www.famem.org.br.

O município que desejar, poderá imprimir as edições para distribuição em seu município.

A produção e circulação do diário obedecerão ao seguinte:

DA INCLUSÃO DO CONTEÚDO NO SISTEMA DO DIÁRIO:

DA DATA:

As prefeituras municipais podem inserir suas publicações dentro do sistema do diário até as 22:00hs do dia corrente.

DA PUBLICAÇÃO:

As publicações sempre acontecerão às 5:00hs do dia seguinte.

OBS.: Lembrando que todo e qualquer conteúdo incluso pelas prefeituras no dia corrente para publicação dentro do sistema do diário, só será publicado no próximo dia útil, obedecendo assim os feriados nacionais e finais de semana.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Formato: 21 x 29,7 cm (fechado)
- Cor: Preto e Branco
- Fonte: tamanho 8,5
- Número de Páginas: Determinado pela demanda
- Publicação: Diária

Para divulgar as publicações oficiais no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, as prefeituras deverão seguir a seguinte normatização.

DO RECEBIMENTO:

- O conteúdo deverá ser enviado pela internet por meio da utilização da ferramenta de publicação do diário que já se

encontra disponível no site: diario.famem.org.br ;

- Todo o material enviado para publicação deverá ser realizado por meio de um funcionário da prefeitura previamente autorizado e capacitado pela FAMEM para utilização do sistema;

A FORMATAÇÃO:

O conteúdo inserido pelas prefeituras no sistema do diário, deverão obedecer à seguinte formatação: o editor de textos utilizado deve ser o “Word”; o corpo da letra (tamanho) será 8,5cm; usar espaçamento simples entre linhas; texto na cor preta (automática); selecionar fonte (estilo) Arial, com alinhamento justificado.

DA PUBLICAÇÃO:

- Só serão divulgadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão as publicações de municípios que aprovarem nas Câmaras Municipais o projeto de lei que autoriza as prefeituras a instituírem o diário como órgão oficial dos municípios;
- As publicações oficiais das prefeituras serão distribuídas no diário por ordem alfabética dos municípios, assim como os atos administrativos;
- O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do município que inseriu o material no sistema do diário para publicação;
- A publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão substituirá as demais publicações impressas, para todos os efeitos legais, exceto para os editais de licitação na modalidade tomada de preços e concorrência, os quais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/93, devem ser publicados também em diário de grande circulação.
- Algumas publicações ainda deverão ser realizadas pela Imprensa Oficial do Estado ou da União, quando se tratar de convênios ou outra forma de parceria com esses outros entes federativos.
- O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão será publicado no site simultaneamente à publicação impressa.
- O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão não circulará aos sábados, domingos e feriados.

DA DISTRIBUIÇÃO:

- A FAMEM disponibiliza todos os exemplares do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão em seu site: diario.famem.org.br;

DO ARMAZENAMENTO:

- O material finalizado será armazenado em nuvem no ambiente tecnológico desta Federação e em encadernações mensais;
- Os e-mails recebidos também serão armazenados em nuvem em espaço de acesso restrito;
- O material também ficará acessível para consulta das prefeituras no site da FAMEM: www.famem.org.br

Obs.: A aceitação dos atos administrativos divulgados neste diário estão condicionadas à verificação de sua autenticidade na Internet.

ATOS QUE PODEM SER PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO E ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS EM OUTROS VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO

SÃO VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS:**I) VEÍCULOS OFICIAIS:**

- a) Diário Oficial da União;
- b) Diário Oficial do Estado;
- c) Diário Oficial dos Municípios, impressos ou eletrônicos.

II) VEÍCULOS PRIVADOS:

- a) Jornal diário de circulação nacional;
- b) Jornal diário de grande circulação no Estado;
- c) Jornal diário de circulação regional;
- d) Jornal diário de circulação local.

III) INTERNET:

- a) Sites oficiais; e
- b) Sites privados.

ATOS ADMINISTRATIVOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS E OS VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS:**I - AVISOS DE ABERTURA DE LICITAÇÕES:**

a) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços e concorrência no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, quando se tratar de obras e serviços de engenharia com RECURSOS FEDERAIS (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93) e os de pregão quando o convênio ou o Decreto Municipal dispuser a respeito (art. 17, I, II, III do Decreto Federal 5.450/05), e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;

b) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso II da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;

c) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;

d) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL OU REGIONAL (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;

e) Obrigatoriedade de publicar os editais de pregão na INTERNET e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;

f) Obrigatoriedade de divulgar a realização de audiência pública que deve anteceder a licitação ou conjunto de licitações em valores superiores a 100 vezes o limite estabelecido para a modalidade de concorrência nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo;

g) OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAR AS ALTERAÇÕES DOS EDITAIS de nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93).

II - DEMAIS ATOS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES:

a) Obrigatoriedade de divulgação dos editais de convite no mural da Prefeitura (art. 21 e 22,

§ 3º da Lei Federal 8.666/93) e DEVERÃO também ser publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;

b) Obrigatoriedade de divulgação da relação mensal de compras (art. 16 e art. 24, IX da Lei Federal 8.666/93) no mural da Prefeitura ou na Imprensa Oficial do Município, que neste caso, depois de aprovada a Lei Municipal será o Diário Oficial dos Municípios;

c) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município, que pode ser o Diário Oficial dos Municípios e no jornal diário de grande circulação no Estado, o chamamento público para registro cadastral (art. 34, § 1º da Lei Federal 8.666/93);

d) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios) a RATIFICAÇÃO DAS DISPENSAS E DE INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO e o retardamento da execução de obra ou serviço (arts. 8º, 17, § 2º e 4º, 24, 25 e 26 da Lei Federal 8.666/93);

e) Obrigatoriedade de divulgar o extrato de contratos, ajustes e convênios e seus RESPECTIVOS ADITIVOS (art. 61, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

f) Obrigatoriedade de divulgar as intimações dos julgamentos das fases de habilitação e de propostas, quando não estiverem todos os licitantes presentes no ato que adotou a decisão, da anulação e revogação de licitações e da rescisão de contratos (art. 109, § 1º, alíneas a e b da LF 8.666/93), na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

g) Obrigatoriedade de divulgar a justificativa do pagamento fora da ordem cronológica (art. 5º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

h) Obrigatoriedade de divulgar os preços registrados (art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

i) Obrigatoriedade de divulgar as decisões de impugnações de editais, as decisões de recursos, os atos de cancelamento, adiamento, adjudicação e homologação de licitações, convocação para sorteio e demais avisos e decisões ocorridas no curso do procedimento licitatório aos licitantes, o que pode ser feito através do Diário Oficial dos Municípios. Caso envolva recursos federais, deverá também ser publicado no Diário Oficial da União, e na hipótese de envolver recursos do Estado do Maranhão, no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

III - OUTROS ATOS OFICIAIS QUE PODEM E DEVEM SER DIVULGADOS POR MEIO DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS:

Poderão ser publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios:

a) as Leis Municipais e demais atos resultantes do processo legislativo das Câmaras Municipais, tais como, projetos de lei e vetos;

b) os Decretos e outros atos normativos baixados pelos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais, tais como portarias, resoluções, instruções normativas, orientações normativas;

c) os atos dos Secretários Municipais, baixados para a execução de normas, com exceção dos de interesse interno dos municípios, tais como: despachos circulares, ordens de serviço, licenças diversas, alvarás, entre outros;

d) atos administrativos cuja publicidade seja obrigatória nos termos da legislação federal, conforme antes apontado, bem como da legislação municipal;

e) atos administrativos diversos emanados de qualquer órgão municipal, inclusive conselhos de políticas públicas, tais como pautas, atas, pareceres;

f) atos relacionados à área de recursos humanos, a exemplo de: atos relacionados a concurso público (edital, homologação de inscrições, resultado e classificação de aprovados, decisões de recursos, homologação do concurso, convocação para posse e nomeação), aposentadoria, aproveitamento, demissão, exoneração, falecimento, nomeação de servidores efetivos, comissionados e temporários, promoção, recondução, reintegração, reversão, readaptação, transferência, inclusive a nomeação de comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar e demais atos passíveis de publicação decorrentes destes processos;

g) atos decorrentes da aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda que não sejam de publicidade obrigatória, tais como parecer prévio do controle interno, planos, prestação de contas, relatórios de gestão fiscal (publicidade obrigatória), relatórios resumidos da execução orçamentária (publicidade obrigatória) e versões simplificadas desses documentos. Os atos de publicidade obrigatória, acima referidos, deverão ser divulgados de modo a permitir o mais amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, jornal local ou Diário Oficial, juntamente com a fixação no mural dos órgãos.

IV - ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS NA HOMEPAGE CONTAS PÚBLICAS DO TCU (LEI FEDERAL 9.755/98):

a) balanço consolidado das contas dos municípios, suas autarquias e outras entidades;

b) balanços do exercício anterior;

c) orçamentos do exercício;

d) quadros baseados em dados orçamentários, demonstrativos de receita e despesa;

e) ratificações das dispensas e inexigibilidades (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

f) recursos repassados voluntariamente;

g) relação de compras (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

h) relatórios resumidos da execução orçamentária – demonstrativos

bimestrais;

i) resumos dos instrumentos de contrato e de seus aditivos (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

j) tributos arrecadados.


Todos estes atos também podem ser publicados no Diário Oficial dos Municípios para dar maior transparência à gestão municipal.

*A seguir, quadro resumo sobre os atos e veículos de publicação

ATO	BASE LEGAL	DOM	DOE	DOU	JGCE	JGL/R	WEB	HOME	MURAL
LICITAÇÕES									
Aviso de Tomada de Preços, Concorrência, Concurso e Leilão.	Art. 21 da Lei 8.666/93	X	X	X	X	X			
				(Obras com recursos federais)					
				OBRIGATÓRIO					
Chamamento do registro cadastral	Art. 34 da Lei 8.666/93	X			X				
Os atos a seguir, se publicados no Diário Oficial dos Municípios que é a imprensa oficial do Município, não precisam ser publicados em outro jornal.									
Aviso de Convite	Art. 21 e 22, §3º da Lei 8.666/93	X							X
Aviso de Pregão	Lei 10.520/2002	X					X		
Relação mensal de Compras	Art. 16 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	X
Ratificação de dispensa	Art. 66 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Ratificação de Inexigibilidade	Art. 26 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Retardamento da execução de obras ou serviços	Art. 26 da Lei 8.666/93	X							
Extrato dos contratos, ajustes e convênios	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X						X	
Decisão habilitação e classificação de Propostas se ausentes licitantes no ato licitatório.	Art. 109 da Lei 8.666/93	X							
Justificativa de pagamento fora da ordem cronológica	Art. 5º da Lei 8.666/93	X							
Preços registrados	Art. 15 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de impugnação de editais	Art. 41 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de recursos	Lei 8.666/93	X							
Revogação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Anulação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Adjudicação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Convocação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Apostilas	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X							
GESTÃO FISCAL									
RREO	Art. 52 da LC 101/2000	X				X	X		X
RGF	Art. 55 e 63 LC 101/2000	X				X	X		X
PROCESSO LEGISLATIVO									
Projetos de Lei	Art. 37 CF	X							
Vetos	Art. 37 CF	X							
Leis	Art. 37 CF	X							
Decretos	Art. 37 CF	X							
Portarias	Art. 37 CF	X							
Resoluções	Art. 37 CF	X							
Instruções Normativas	Art. 37 CF	X							
Orientações Normativas	Art. 37 CF	X							
ATOS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS									
Ordens de Serviços	Art. 37 CF	X							
Pareceres	Art. 37 CF	X							
Licenças Municipais	Art. 37 CF	X							

Despachos	Art. 37 CF	X							
Circulares	Art. 37 CF	X							
Atas de Conselhos	Art. 37 CF	X							
Balanço do exercício anterior	Lei 9.755/98	X						X	
Balanço consolidado	Lei 9.755/98	X						X	
Orçamento do exercício	Lei 9.755/98	X						X	
Quadro demonstrativo da Receita e despesa	Lei 9.755/98	X						X	
Rec. repassados voluntariamente	Lei 9.755/98	X						X	
Tributos arrecadados	Lei 9.755/98	X						X	
ÁREA DE PESSOAL									
Edital de Concurso Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de insc. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Resultado e classif. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Decisão de recursos em Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Convocação p/ posse e nomeação	Art. 37 CF	X							
Aposentadoria de servidores	Art. 37 CF	X							
Demissão de servidores	Art. 37 CF	X							
Aproveitamento de servidores	Art. 37 CF	X							
Exoneração de servidores	Art. 37 CF	X							
Falecimento de servidores	Art. 37 CF	X							
Nomeação de servidores	Art. 37 CF	X							
Promoção de servidores	Art. 37 CF	X							
Recondução de servidores	Art. 37 CF	X							
Reintegração de servidores	Art. 37 CF	X							
Reversão de servidores	Art. 37 CF	X							
Readaptação de servidores	Art. 37 CF	X							
Transparência de servidores	Art. 37 CF	X							
Cessão de servidores	Art. 37 CF	X							

This document is signed by

	Signatory	CN=FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO:12526786000164, OU=AR SERASA, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, L=SAO LUIS, ST=MA, C=BR
	Date/Time	Tue Dec 27 04:00:04 BRT 2016
	Issuer-Certificate	CN=AC SERASA RFB v2, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
	Serial-No.	2670235723602551733
	Method	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)